

URBANIZAÇÃO E EMPREGO URBANO NO NORDESTE (*)

Leonardo Guimarães Neto

Resumo: Estudiosos da formação econômica do Brasil chamam atenção para o fato de que, nos últimos cem ou cento e cinquenta anos, passou-se de uma situação de carência de mão-de-obra para uma situação de excedente relativo de força de trabalho. Examinando processos mais recentes, alguns economistas chegam a afirmar que, se até recentemente, as condições do mercado de trabalho tendiam a se deteriorar na medida em que a economia entrasse em crise, daqui por diante é o próprio avanço que tende a agravar o problema. É a partir de questões dessa ordem que se pretende examinar o problema do desemprego e subemprego urbano, o qual não pode ser vinculado, única e simplesmente, ao exame de seus fatores explicativos, ao reduzido ou insuficiente crescimento da economia. A subutilização e a sub-remuneração da mão-de-obra podem estar associadas a um contexto de crescimento da economia e resultar, também, do estilo ou padrão de acumulação de capital que, embora se realize com altas taxas de expansão, não repercute positivamente, nos termos requeridos pela oferta de mão-de-obra, no mercado de trabalho. A problemática do emprego urbano no Nordeste pode assim ser expressa em altas taxas de subutilização e sub-remuneração da força de trabalho; Na presença marcante de atividades nas quais prevalecem as precárias relações de trabalho ou de produção; ou ainda, na persistência nas últimas décadas da presença relevante do emprego urbano gerado nas atividades de baixa produtividade, baixa capitalização ou reduzido grau de institucionalização.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Alguns economistas que estudaram a formação econômica do País chamaram a atenção para o fato de que, nos últimos cem ou cento e cinquenta anos da nossa história, de uma situação de carência de mão-de-obra, ou de "fome de braços", o Brasil se vê, nos anos mais recentes, diante do problema de encontrar ou gerar oportunidades de trabalho produtivo para os contingentes populacionais cada vez

(*) Resumo de trabalho elaborado pelo autor para o Seminário de Desenvolvimento Urbano realizado em Fortaleza, de 05 a 07 de outubro de 1977, patrocinado pelo MINTER, SEPLAN/CNPU, SUDENE e BNB.

maiores, que se apresentam no mercado de trabalho ⁽¹⁾. De uma escassez de mão-de-obra passa-se para uma situação de excedente relativo de força de trabalho.

Outros economistas examinando os processos mais recentes chegam a afirmar que o que existe de novo na evolução sócio-econômica do País é o fato de que "se até recentemente as condições do mercado de trabalho tendiam a se deteriorar na medida em que a economia entrasse em crise", daqui por diante "é o próprio avanço que tende a agravar o problema" ⁽²⁾.

É a partir de questões dessa ordem que se pretende examinar a problemática do emprego urbano no Nordeste.

O ponto central da discussão que, aqui, se pretende realizar é o de que a questão do desemprego e subemprego urbano não pode ser vinculada, única e simplesmente, ao exame de seus fatores explicativos, ao reduzido ou insuficiente crescimento da economia.

O que se quer dizer é que a subutilização e a sub-remuneração da mão-de-obra podem estar associadas a um contexto de crescimento da economia e resultar, também, do estilo ou padrão de acumulação de capital que, embora se realize com altas taxas de expansão, não repercute positivamente, nos termos requeridos pela oferta de mão-de-obra, no mercado de trabalho.

Não se nega que o crescimento insuficiente possa ser interpretado como fator explicativo do aparecimento do excedente relativo da população e do desemprego e subemprego.

O que se afirma é que existem outros determinantes que são, para o caso específico do Nordeste, em períodos recentes, mais importantes talvez que aqueles primeiros, para a compreensão da atual problemática do emprego urbano na Região. Mais precisamente, é ao padrão de acumulação de capital da economia nordestina — que não pode estar dissociado do modo como o Nordeste vem-se inserindo no contexto nacional — que cabe a responsabilidade por parte significativa do insucesso da economia regional, em absorver, produtivamente, a população que se apresenta nos mercados de trabalho urbanos.

De fato, não obstante a persistência, segundo uns estudiosos, ou o agrava-

(1) V. Celso Furtado — "Formação Econômica do Brasil" — Fundo de Cultura — Rio — 1959.
V. também Helga Hoffman — "Desemprego e Subemprego no Brasil" — São Paulo — Ática — 1977.

(2) V. Antônio Barros de Castro — "Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira" — Forense — Rio — 1969 — pág. 159.

mento, segundo outros, dos desequilíbrios regionais na economia brasileira ⁽³⁾, não se pode considerar, nos últimos vinte ou vinte e cinco anos, a economia regional como uma economia estagnada.

O crescimento de 6% ao ano, no período 1950/70, para o produto interno total do Nordeste; a expansão de 6,5% para a sua economia urbana, no mesmo período, quando crescia a nacional a 7% ao ano; o incremento de 5,5% no decênio menos favorável (1950/60), quando a economia nacional cresceu a 8%; o incremento dos investimentos públicos a taxas aproximadas de 10% ao ano, nos últimos quinze anos; o crescimento na década de sessenta da economia nordestina em diversos subperíodos a taxas iguais ou superiores às da economia nacional; a multiplicação por cinco, entre 1955 e 1973, da potência instalada das usinas geradoras de energia elétrica; o aumento da participação de 18% para 30% do Nordeste, na rede rodoviária nacional, entre 1959 e 1970, são, sem dúvida, indicações que não conduzem a classificar o Nordeste dos últimos vinte ou vinte e cinco anos entre as economias estagnadas ou de insuficiente crescimento (V. Tabela II).

Isto leva a que sejam procurados outros caminhos, que não unicamente o do insuficiente crescimento econômico, para melhor compreensão da problemática do emprego urbano. Problemática esta que se expressa:

- em altas taxas de subutilização e sub-remuneração da força de trabalho;
- na presença marcante de atividades nas quais prevalecem as precárias relações de trabalho ou de produção: os denominados “setores informais”;
- ou, ainda, na persistência nas últimas décadas da presença relevante do emprego urbano gerado nas atividades de baixa produtividade, baixa capitalização ou reduzido grau de institucionalização.

Antes porém de serem examinadas as razões ou os processos mais relevantes associados a esta problemática, deve-se tentar, sumariamente, sua caracterização.

2. O MERCADO DE TRABALHO URBANO DA REGIÃO

No que se refere à subutilização e sub-remuneração da força de trabalho no Nordeste, os estudos e levantamentos realizados têm invariavelmente ressaltado a

(3) V. Werner Baer e Pedro P. Geiger — “Industrialização, Urbanização e Persistência das Desigualdades Regionais do Brasil” in Revista Brasileira de Geografia, ano 38 no. 2 — F. IBGE — Rio — 1976. V. também John Redwood III — “The Recent Evolution of Regional Income Disparities in Brazil” — PIMES — Texto para Discussão no. 39 — Recife — nov. 1977.

reduzida importância relativa do desemprego aberto e a magnitude e significação das taxas de subemprego em suas diversas modalidades. Isto quer dizer que é pouco significativo, em termos relativos, o contingente que não encontra ocupação, que é **rejeitado** pelo mercado de trabalho; e que o ponto central da problemática reside na mão-de-obra que, encontrando alguma ocupação, o faz através de relações de trabalho precárias, quer em razão das poucas horas de dedicação efetiva, quer quanto ao nível de produtividade ou de remuneração que recebe pelo trabalho realizado. Estas constatações gerais, no entanto, merecem algumas qualificações ⁽⁴⁾.

Com relação ao desemprego aberto, deve-se chamar a atenção para o fato de que, quando se considera a economia nordestina em seu conjunto, as taxas de desemprego aberto — isto é a relação entre os desempregados e a força de trabalho — são pouco significativas, isto é, da ordem de 2 a 3%; todavia, quando se leva em conta o contingente desempregado no meio urbano e a força de trabalho aí localizada, as taxas de desemprego aberto passam a ter certa importância, situando-se entre 5 e 6%.

Isto revela uma concentração do desemprego aberto no meio urbano, além de uma forte associação, no Nordeste, entre o grau de urbanização e a manifestação maior da situação de desempregado. Confirmam esta constatação as seguintes informações:

- a) embora esteja concentrada nos centros urbanos apenas 37% da força de trabalho regional, o peso relativo dos desempregados urbanos situa-se em torno de 80% do total de desempregados no sistema econômico nordestino;
- b) não obstante as áreas metropolitanas regionais representarem 13% da população do Nordeste, nelas residem 38% das pessoas em situação de desemprego aberto;
- c) tomando-se as microrregiões e examinando-se o seu grau de urbanização (% da população urbana sobre a população total) e as suas taxas de desemprego aberto, observa-se que elas estão fortemente correlacionadas, de modo positivo, aumentando a taxa de desemprego à medida que mais urbanizada é a microrregião, destacando-se no conjunto as microrregiões das áreas metropolitanas e as microrregiões das demais capitais de Estados,

(4) V. Leonardo Guimarães Neto — “Emprego Urbano no Nordeste: Situação Atual e Evolução Recente: 1950/70”. GEDUR/ETENE/BNB — Recife — 1976 (mimeo). George Pellérin — “Oferta e Demanda de Mão-de-Obra no Nordeste” — SUDENE — Recife (mimeo) — 1972. David Goodman e R.C. Albuquerque — “A Industrialização do Nordeste” — Vol. I — IPEA/INPES. Rio — 1971.

por apresentarem as maiores taxas de urbanização associadas às maiores taxas de desemprego aberto.

Para completar estes comentários sobre a subutilização da força de trabalho representada pelo desemprego aberto e sua associação com a urbanização, deve-se acrescentar duas observações adicionais.

A primeira diz respeito ao fato de que o desemprego aberto não está vinculado, na Região, a áreas nas quais prevalecem as condições mais precárias de trabalho e níveis de renda mais baixo. No Nordeste, a renda *per capita* urbana é, no mínimo, quatro vezes maior do que a rural. Além disso, são significativos os diferenciais de remuneração nas áreas metropolitanas e demais capitais de Estado, onde são maiores as taxas de desemprego aberto, em relação aos outros centros urbanos da Região: enquanto nos centros metropolitanos 16,5% das famílias receberam em 1970, até Cr\$ 100,00 mensais e nas demais capitais 20,6%, nos centros sub-regionais, e como média para todos os centros urbanos, tal percentual alcança pouco mais de 36%.

Uma segunda observação diz respeito ao fato de que não se pode limitar a explicação da maior manifestação do desemprego aberto nos centros urbanos, simplesmente, às intensas pressões do processo migratório campo-cidade. Mas, ao lado disto, às relações mais capitalistas existentes no processo de contratação da mão-de-obra no meio urbano, em relação ao rural, que se caracterizariam por exigências quanto à qualificação ou experiência da mão-de-obra e pelo confronto entre o custo da mão-de-obra e a receita que, através de sua utilização, se espera obter. Por outra parte, examinando-se a questão do lado da oferta da força de trabalho, começam a surgir no meio urbano condições para que as pessoas com maior nível de aspiração, treinamento e capacidade econômico-financeira para suportar períodos de desemprego, possam esperar o surgimento de melhores condições no mercado de trabalho para seu engajamento efetivo.

No que se refere, agora, ao subemprego e à sub-remuneração da força de trabalho urbana no Nordeste, tem-se a destacar o seguinte:

- a) as várias estimativas constantes em trabalhos do ETENE, IPEA e SUDENE calculam entre 20 e 30% o percentual da força de trabalho urbano do Nordeste, que se acha afetado por diversas manifestações de subemprego (5);

(5) Hélio Moura – “Perspectiva do Desenvolvimento do Nordeste até 1980: Crescimento Demográfico e Emprego” – ETENE/BNB – Fortaleza – 1971. V. também Goodman e Albuquerque – “A Industrialização...”, op. cit. e George Pellerin – “Oferta...”, op. cit.

- b) com base em dados mais completos da PNAD-1972, foi possível estimar em torno de 9,6% a força de trabalho urbana **visivelmente subempregada** — pessoas que trabalhavam em tempo parcial, mas que declararam que gostariam de trabalhar em tempo integral — e, em quase 20% a parcela **disfarçadamente empregada ou subempregada**, isto é, pessoas que trabalham em tempo integral, mas, que auferiam renda inferior à metade do salário mínimo legal vigente.

É duplo o significado destas cifras. Por um lado, tornam explícito o fato de que a problemática do emprego urbano reside antes no **subemprego** que no **desemprego**. Ou ainda, antes na população engajada “**inadequadamente**” no sistema produtivo, do que naquele contingente que não encontrou ocupação, que foi rejeitado pelo mercado de trabalho. Por outro lado, que a problemática do emprego se concentra antes na questão da sub-remuneração da força de trabalho que está integralmente disponível na atividade produtiva, do que na questão das pessoas ocupadas parcialmente, embora desejosas de um engajamento em tempo integral.

O sistema produtivo urbano, extremamente “pragmático” diante da imensa oferta da força de trabalho nas cidades, “opta” por sua utilização em tempo integral, mas, submetendo-se comodamente às leis da oferta e da procura no mercado de trabalho, “decide” também pela sua sub-remuneração.

Além da magnitude da subutilização e da sub-remuneração da força de trabalho urbana, um aspecto digno de ser ressaltado é o da disseminação em, praticamente, todos os setores produtivos urbanos dessas precárias relações de trabalho. De fato, contrariamente ao que poderia parecer à primeira vista, o subemprego em suas diferentes manifestações não está concentrado nas atividades comerciais ou, ainda, nos serviços de consumo individual (alojamento, alimentação, serviços domésticos remunerados, etc.), mas está presente em praticamente todos os setores de produção urbanos nordestinos.

No que se refere à sub-remuneração, por exemplo, segundo a PNAD-72 (último trimestre), 39% das pessoas ocupadas na indústria de transformação, 31% das que trabalhavam no comércio de mercadorias, 27% das que desenvolviam atividades de prestação de serviços, 19% na indústria de construção, recebiam em 1972 até metade do salário mínimo, embora trabalhassem em tempo integral. Por outro lado, apenas para dar uma idéia das características do “setor industrial” nordestino: do meio milhão de pessoas registradas pelo censo demográfico de 1970, como vinculadas às atividades extrativas minerais e de transformação no Nordeste, apenas 270 mil estão vinculadas a estabelecimentos industriais reconhecidos como tais, pelo censo econômico. O restante, isto é, praticamente metade, estava vinculado a atividades artesanais, domésticas ou familiares de transformação.

O que de fato se nota é a presença marcante e constante em todos os setores, à exceção daqueles mais tipicamente governamentais e para-governamentais, de minúsculas unidades não-institucionalizadas de produção formadas por autônomos, membros da família ou empregados e empregadores sem relações contratuais formais, que produzem e se interrelacionam com a outra esfera formal, institucionalizada, que alguns defendem como "setores formais" ou setores protegidos e privilegiados da economia.

Isto leva a uma outra característica que se pretende aqui discutir, que é a de **heterogeneidade estrutural** das atividades urbanas do Nordeste e do seu mercado de trabalho. Esta heterogeneidade é aqui considerada e definida a partir da presença dos setores ditos informais, com as características antes descritas de reduzido grau de institucionalização ou formalização das relações de produção ou trabalho, em contraposição aos setores institucionalizados e formalmente organizados da economia urbana.

É evidente que o caráter heterogêneo do sistema de produção urbano tem sua expressão em diferenciais de produtividade, densidade de capital, etc., referidos freqüentemente nos estudos a respeito da questão. No entanto, o que aqui interessa mais de perto são considerações quanto à participação do chamado setor informal na absorção da mão-de-obra urbana e seu comportamento em anos recentes. Acredita-se que isto constitui elemento valioso para o entendimento da problemática do emprego urbano na Região.

Para melhor compreender a estrutura da atividade econômica urbana do Nordeste e do seu mercado de trabalho, foram adotados alguns critérios que permitiram, numa primeira aproximação, distinguir nos diversos setores produtivos urbanos — indústria, serviços de consumo coletivo, serviços de consumo individual, serviços de produção — a participação das atividades formais e informais no interior de cada setor e no conjunto da economia urbana.

Entre duas alternativas feitas, a que pareceu mais adequada (v. Tabela 1) levou em conta os seguintes critérios: no que se refere ao **setor industrial**, considerou-se como emprego formal ou nas atividades formalmente organizadas, aquele registrado pelos censos industriais, pela lei de 2/3, no que se refere à indústria de construção, e pelos censos demográficos, no que toca aos serviços industriais de utilidade pública. O emprego informal das atividades industriais é a diferença entre o emprego total das atividades industriais, registrado pelo censo demográfico, e o emprego formal calculado anteriormente.

No que se refere aos **serviços de produção** (comércio de mercadorias, transporte, armazenagem, comunicação, comércio de imóveis, crédito, seguros, capitalização, etc.), considerou-se como informal o emprego resultante de confronto entre

a ocupação registrada, no comércio de mercadorias, pelos censos demográficos e aquele registrado pelo censo comercial, bem como aquele referente a transporte a tração animal. Todas as demais pessoas ocupadas em armazenagem, comunicação, crédito, seguro, capitalização, comércio de imóveis, transporte ferroviário, rodoviário, marítimo, fluvial, registradas pelos censos demográficos, foram incluídas no emprego formal.

Com relação aos **serviços de consumo coletivo** (administração pública, legislativo e justiça, defesa e segurança, educação, saúde, previdência, etc.), dada a presença marcante do setor público nestas atividades, toda pessoa empregada foi classificada como pertencente ao setor formal. No que se refere aos **serviços de consumo individual** (alojamento e alimentação, higiene pessoal, confecção e reparos, e serviços domésticos remunerados), incluíram-se entre as pessoas formalmente empregadas aquelas registradas pelo censo de serviços, e entre as pessoas vinculadas ao setor informal a diferença entre a ocupação dos serviços individuais registrada pelo censo demográfico e as registradas pelo censo de serviços. Ademais, consideram-se como parte do emprego informal todas as pessoas que se vinculavam a serviços domésticos não-remunerados. Finalmente, incluíram-se nos setores formais todos os profissionais liberais.

Isto posto, as informações assim catalogadas permitiram uma primeira aproximação com a estrutura do mercado urbano de trabalho, que apresentou algumas características dignas de destaque.

Com relação ao primeiro desses aspectos, cabe mencionar que praticamente metade (44,4%) da população economicamente ativa urbana engajava-se, em 1970, em atividades não-estruturadas, não-institucionalizadas, nas quais prevaleciam relações precárias de trabalho e de produção (v. Tabela I). Tal cifra revela um conjunto de implicações práticas relacionadas com a problemática e as políticas de desenvolvimento regional, e entre outras coisas, ela permite compreender o porquê dos modestos resultados das ações desenvolvidas, visando a integrar no processo de modernização ou de desenvolvimento da economia regional os contingentes significativos da população ou da força de trabalho existentes.

Uma das implicações mais importantes está no fato de tais atividades ficarem totalmente à margem dos meios e instrumentos através dos quais poderiam ascender a condições que possibilitassem a existência de relações mais adequadas de trabalho e de remuneração da mão-de-obra. Não é sem razão que autores como John Friedman e John Weeks denominam as atividades informais ou não-institucionalizadas de **setor não-protegido** ⁽⁶⁾. Este último autor ressalta que, em essência, o setor formal

(6) John Friedman e Flora Sullivan – "The Absorption of Labor in the Urban Economy: The Case of Developing Countries" in *Economic Development and Cultural Change* – vol. XXIII, no. 3 – 1974. V. também John Weeks – "Políticas del Empleo en el Sector no Formal de Economía em Desarrollo" – in *Revista Internacional del Trabajo* – jan. – 1975.

compreende as atividades governamentais e as empresas do setor privado "reconhecidas, fomentadas, sustentadas e regulamentadas pelo Estado". Lembra os meios múltiplos que as favorecem (proteção alfandegária, regime de contingenciamento, redução de impostos de exportação, juros baixos, sistemas de concessão de licença, controles monetários seletivos, etc.), que têm como efeito restringir a concorrência e reduzir os riscos e incertezas. Estabelece contraste com a situação dos setores informais que se caracterizam pela ausência de tais vantagens, pois, segundo suas próprias palavras, operam à margem do sistema de benefícios e regulamentos do governo e, em decorrência, não têm acesso às instituições oficiais de crédito nem às fontes de transferências de tecnologia.

Não constitui exagero dizer-se; pois, que entre metade e 2/5 da força de trabalho urbana regional engajada nessas atividades pode-se considerar marginalizada, em relação às políticas ou instrumentos convencionais de planejamento e de implementações de ações, os quais, políticas e instrumentos, sem dúvida, têm mostrado seu enorme poder de promoção do grande estabelecimento, através dos seus múltiplos e generosos mecanismos de fomento: incentivos fiscais, financiamentos de curto e médio prazos, assistência técnica, infra-estrutura industrial por vezes doada e subsidiada pelos poderes públicos, programas de saneamento financeiro, etc.

Um segundo aspecto a sublinhar, no exame da estrutura do mercado de trabalho urbano regional, é o da persistência, no período 1950/70, do alto grau de heterogeneidade da economia urbana, medido através da significativa participação dos setores informais na geração de empregos: permaneceu no período a mesma proporção de quase metade da ocupação ser gerada nas atividades não-institucionalizadas da economia urbana nordestina.

Isto significa que, não obstante o seu crescimento ressaltado anteriormente, a economia urbana do Nordeste não foi capaz de oferecer oportunidades de trabalho produtivo a ponto de reduzir, no período 1950/70, a alta proporção do emprego urbano regional vinculado a atividades, nas quais prevalecem processos produtivos e relações de trabalho a que se pode atribuir parte considerável da responsabilidade na subutilização e sub-remuneração da força de trabalho (V. Tabela I).

Aqui, se retoma o ponto inicial. Se a economia nordestina, não obstante: (i) ter apresentado um razoável crescimento da sua economia urbana, no período considerado; (ii) ter utilizado intensamente a emigração como válvula de escape para a intensa pressão sobre os seus mercados de trabalho; (iii) ainda tem que recorrer ao acúmulo de força de trabalho, nos centros urbanos, em atividades informais, a explicação do fenômeno terá evidentemente que ser obtida a partir de um melhor conhecimento dos processos produtivos prevalentes e sobre a própria forma de expansão da economia regional.

Antes, porém, de descer um pouco mais no exame da questão, vale a pena detalhar, de forma sumária, algumas observações que também assumem interesse. No período em exame, 1950/70, ocorreram:

- a) uma evolução aparentemente contraditória do setor industrial que comportou, simultaneamente, um processo de **industrialização**, visto sob a ótica do produto e da acumulação de capital ⁽⁷⁾, e um processo de **artesanização** observado claramente sob a ótica do crescimento do emprego: a expansão do emprego informal na indústria extrativa e de transformação ocorreu a uma taxa de 4,4% ao ano, no período 1950/70;
- b) uma tendência à **formalização** de alguns setores terciários, notadamente dos **serviços de produção**, simultaneamente com um processo de **informalização** da extrativa mineral e transformação, bem como dos serviços de consumo individual;
- c) uma significativa contribuição das atividades estatais e paraestatais para a expansão do emprego formal: crescimento do emprego vinculado aos serviços de consumo coletivo a uma taxa de 5,7% ao ano e das atividades industriais de utilidade pública e melhoramentos urbanos a 5% ao ano.

3. PROCESSOS ASSOCIADOS À SUBUTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA E A HETEROGENEIDADE DO MERCADO DE TRABALHO URBANO

Vistas algumas características mais relevantes do mercado de trabalho urbano do Nordeste, o que se pretende a seguir é explicitar alguns dos processos econômicos e sociais julgados os mais importantes na explicação da problemática do emprego urbano e mais particularmente na persistência dos níveis altos de heterogeneidade do mercado de trabalho.

Na identificação e ilustração de tais processos, achou-se conveniente dividi-los em três categorias:

(7) Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Clovis de Vasconcelos Cavalcanti apresentam (Desenvolvimento Regional no Brasil – IPEA, Brasília, 1976) taxa de 5,6% do produto industrial entre 1947/69.

O BNB (Oportunidades de investimentos no Nordeste – Indústria Têxtil) calculou em 7,6% no período 60/69 e em 10,7% no período 1971/74. Segundo estimativa da SUDENE, foi de 16% a expansão dos investimentos brutos entre 1965/72 na extrativa mineral e indústrias manufatureiras na Região (V. Tabela II).

- i) aqueles processos vinculados à articulação ou inserção da economia regional do Nordeste no contexto da economia brasileira em anos recentes;
- ii) os relacionados com transformação das relações de produção e de trabalho no meio rural;
- iii) os processos relativos à industrialização recente do Nordeste.

O que se pretende, então, é, no exame sumário de tais processos, estreitamente vinculados, ora à dinâmica da acumulação de capital da Região, ora àquela do País, inferir seus efeitos sobre a absorção da mão-de-obra e sobre a "criação" de oferta de trabalho que, na maior parte dos casos, pressiona o mercado de trabalho urbano.

No que se refere à inserção da economia nordestina no contexto nacional, não se pode negar que as duas ou três últimas décadas vêm presenciando uma das mais intensas articulações de uma região "industrializada" e de intenso ritmo de crescimento com uma região estruturalmente frágil e densamente povoada. Um estudo sistemático da questão deveria levar em conta pelo menos a extração de excedente da economia periférica para sua aplicação mais rentável na economia hegemônica, a penetração de produtos da economia mais adiantada nos mercados da economia periférica ou a penetração de capital, transformando estruturalmente a economia mais atrasada.

Interessa, aqui, destacar, tão-somente, os aspectos relacionados com a concorrência nos mercados nordestinos e a reestruturação que esta articulação comercial produziu na economia nordestina. O último ponto de penetração de capitais será retomado quando do exame da industrialização.

Neste particular, vale lembrar que, a partir de 1950, da expansão hegemônica do Sudeste e da penetração de sua produção nas demais regiões, resultaram no caso particular do Nordeste ⁽⁸⁾:

- i) a perda dos mercados extra-regionais de importantes produtos agrícolas, agroindustriais e industriais do Nordeste, cujos exemplos mais significativos são o algodão, o açúcar e têxtil;

(8) V. David Goodman e R. C. Albuquerque, "Industrialização...", op. cit. Raimundo Moreira – "El Proceso Industrial en el Nordeste Brasileño y el Proceso de Acumulación de Capital a Escala Nacional en la Década del 60" – s/data – mimeografado. V. também F. de Oliveira e H. P. Reischstul – "Mudança na Divisão Inter-regional de Trabalho no Brasil" – Estudo CEBRAP no. 4 – 1973. F. Oliveira – "Elegia a uma Re(li)gião" – 1977 – Paz e Terra – São Paulo.

- ii) a perda de mercados regionais, no próprio Nordeste, através da penetração de produtos de outras regiões, notadamente os manufaturados do Sudeste.

Isto implica uma reacomodação ou reestruturação da economia regional, cujos traços mais relevantes são os seguintes:

- a) a modernização de atividades tradicionais, em alguns casos, encarada como única saída viável, dado o processo de integração nacional; modernização esta que abrangeu não apenas os ramos tradicionais da indústria urbana, como a têxtil, mas também, atividades agroindustriais, como o açúcar, através da expansão e modernização das usinas e, mais recentemente, de sua fusão e realocação;
- b) aumento do grau de dependência em relação aos fornecedores de outras regiões, não só de bens de capital e intermediários associados à política de industrialização, mas também de bens de consumo que a industrialização substitutiva e mesmo os ramos tradicionais do Sudeste tornaram disponíveis na Região, o que deu lugar aos crescentes déficits do balanço comercial do Nordeste e à consolidação de uma economia com relações inter-regionais que transfere parte significativa dos seus efeitos de expansão para as áreas mais industrializadas do País;
- c) o dinamismo das atividades terciárias dissociado da expansão do produto físico regional e vinculado às necessidades de expansão da base de mercado de bens e serviços do Sudeste.

Esta nova feição da economia regional que, num contexto de crescimento razoável dos principais setores⁽⁹⁾:

- a) moderniza seu parque industrial tradicional a alguns ramos agroindustriais;
- b) vincula-se mais fortemente, tornando-se mais dependente, no seu processo de acumulação, da região industrializada;
- c) tem, no terciário, a razão do crescimento do emprego urbano;
- d) transfere para outras economias parte significativa dos impulsos internos potencialmente capazes de dinamizar os diversos setores de sua economia;

implica, evidentemente, a consolidação de uma estrutura pouco propícia à solução do emprego regional, através de uma utilização adequada da força de trabalho

(9) Indústria, 5% a.a. entre 1949/59 e 8% entre 1960/72; agricultura, em torno de 4% a.a. entre 1949/72. Ver Tabela II.

crescente e originária dos centros urbanos e daquela adicional “criada” em relação ao mercado urbano de trabalho através do processo de desruralização.

Esta última referência à desruralização da população nordestina leva ao exame das transformações recentes que estariam ocorrendo no meio rural nordestino. Antes, porém, deve-se fazer referência ao fato de que tais transformações se somam às características “inatas” de expulsão da mão-de-obra da economia rural nordestina, associadas sobretudo ao sistema latifúndio/minifúndio estreitamente ligado à distribuição assimétrica da propriedade agrícola, de um lado, e associadas também à fragilidade da agricultura semi-árida às condições climáticas. Entre tais transformações, cabe referir a:

- a) proletarização dos trabalhadores da agricultura mais comercializada ou da agricultura localizada nas proximidades dos grandes centros urbanos;
- b) abertura do “complexo rural” nordestino;
- c) desruralização mais generalizada associada à ampliação e modernização do sistema de transporte, sobretudo o rodoviário.

O processo de proletarização em atividades agrícolas, toma várias feições e está intimamente ligado ao processo de emigração campo-cidade⁽¹⁰⁾. Nas atividades canavieiras da Zona da Mata, ele está sem dúvida nenhuma associado ao expansionismo verificado na década passada, o que implicou a exigência de mais terras para a cana, modificações técnicas ocorridas e pressões e conquistas das organizações sindicais sobre os empregadores que sempre tiveram na abundância de mão-de-obra e na sua passividade a obtenção de parte significativa dos excedentes. O resultado imediato desse conjunto de fatores foi a expulsão do morador da propriedade agrícola, isto é, sua desruralização e sua transformação em assalariado rural ou urbano, sem vínculo de trabalho definido nem uso da terra da qual retirava parte dos bens de consumo diário. A estagnação ou declínio da população rural entre 1950 e 1970, da microrregião de Maceió — AL, da Mata Alagoana — AL, da Mata Úmida Pernambucana — PE, da Microrregião do Recife — PE, da Mata Seca Pernambucana — PE, do Litoral Paraibano (que estagna entre 1960 e 1970), diz bem dos processos de desruralização que estariam ocorrendo nesta parte mais densamente povoada do meio rural nordestino.

No que se refere às zonas agrestinas, estudiosos têm ressaltado, no processo de proletarização-emigração, o papel desempenhado pela expansão da pecuária e pela

(10) V. Mário Lacerda de Melo — “O Açúcar e o Homem no Nordeste — Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro” — IJNPS — Recife, 1976. Do mesmo autor ver também “Proletarização e Emigração nas Regiões Canavieiras e Agrestinas de Pernambuco”. Departamento de Ciências Geográficas do Centro de Filosofia e Ciências do Homem, da UFPe — Recife, 1976 (mimeografado).

“minifundização” que vem ocorrendo neste meio rural. No que se refere à proletarização vinculada à pecuarização, o que se tem verificado é, de um lado, o crescente desinteresse do fazendeiro pela cessão de terras ao parceiro, o que dá lugar a um progressivo desaparecimento de terras dedicadas à policultura. Por outro lado, com efeitos semelhantes, tem surgido, mais recentemente, o que alguns relatórios chamam de “pecuária não-diversificada”, de responsabilidade de novos pecuaristas que, aproveitando-se de programas especiais e créditos subsidiados, têm adquirido terras agrestinas, antes policultoras. Tanto um como outro fato implicam a quebra do equilíbrio antes existente entre a agricultura e a pecuária nestas áreas. Os fatores que estão por trás disso são: a presença de amplos mercados de carne e leite constituídos pelas áreas metropolitanas e capitais de Estado, as prioridades e processos administrativos adotados para o crédito rural, a difusão e os resultados econômicos obtidos através de pastagens artificiais. Acrescente-se ainda o processo de substituição de atividades de lavoura decadentes de algumas áreas pela pecuária: cana e fumo na Bahia, cana em Sergipe, agave e cana na Paraíba.

No que se refere à “minifundização” e às relações com o processo de proletarização-emigração, as características mais relevantes são as seguintes: (i) a subdivisão da propriedade, que se traduz numa verdadeira atomização da terra; (ii) uma acentuada redução do rendimento agrícola, em decorrência do uso repetido e da utilização de técnicas produtivas predatórias; (iii) a incorporação de unidades fundiárias deste tipo às de tamanho grande e médio associada à expansão da pecuária, sobretudo a do tipo “não-diversificada”. Também, aqui, as consequências são idênticas, estagnação ou redução das oportunidades de emprego e proletarização e desruralização do trabalhador agrícola, o que pode estar associado a um aumento dos investimentos ou do valor da produção nestas áreas que sofrem as consequências referidas.

Anote-se, apenas, para ilustrar, a redução ou estagnação das populações rurais entre 1950 e 1970 das microrregiões agrestinas ou de áreas de brejo ou serras: Ibiapaba Meridional (CE), Borborema Potiguar (RN), Piemonte da Borborema (PB), Brejo Paraibano (PB), Agropastoril do Baixo Paraíba (PB), Agreste Setentrional (PE), Vale do Ipojuca (PE), Agreste Meridional (PE), Cataguíba (SE), Nossa Senhora das Dores (SE), Agreste de Itabaiana (SE), Jequié (BA), Pastoril de Itapetinga (BA), Recôncavo Baiano (BA). Assinale-se, por outro lado, que estão nas zonas do Agreste e Mata a maior parte das microrregiões classificadas em trabalho do ETENE/SUDENE, como de intensa emigração rural⁽¹¹⁾.

No que se refere à abertura do complexo rural⁽¹²⁾, tem-se a destacar a

(11) Hélio Moura, C. S. Holder e Aidil Sampaio – “Nordeste: Migrações Inter e Intra-Regionais no Período 1960/1970 – SUDENE/BNB. 1975.

(12) Para referência e conceituação do “complexo rural” ver Inácio Rangel – “Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro” – Livraria Progresso Editora – Salvador, 1957.

concentração, em unidade de produção com tecnologia mais avançada, de atividades de transformação ou mesmo de produção de serviços antes exercidas de modo descentralizado, disseminado e artesanal, dentro da propriedade rural, isto é, nas fazendas. É evidente que esta "especialização", cada vez maior, da unidade rural de produção que, com uma maior divisão de trabalho, transfere para o meio urbano ou unidades maiores de produção as referidas atividades, implica redução das oportunidades de emprego no meio rural, acentuando, inclusive, o desemprego sazonal, no campo e com reflexos consideráveis sobre a emigração campo-cidade. O que ocorreu com a economia canavieira e o que vem ocorrendo e se acentuará na presente década, em relação à economia leiteira da Região, constituem ilustração de um processo mais geral de abertura do complexo rural nordestino. Representando, em 1940, cerca de 40% do total da cana produzida no Nordeste, a cana beneficiada ou transformada em estabelecimentos rurais se reduz, em 1970, para 6%. Estados como Rio Grande do Norte e Paraíba passam de 59 e 60% para 1% e 11%, nos mesmos anos. Alguns estudiosos⁽¹³⁾ associam a "inchação" do Recife, na década de 1950 a essa "decomposição" de complexo rural canavieiro. Fenômeno semelhante e certamente de menores proporções, vem ocorrendo com o beneficiamento do leite que, reduzido a 38% em 1969, aquele processado artesanalmente nas fazendas deverá atingir, em 1980, a marca de pouco mais de 10%. É evidente que o desenvolvimento do sistema rodoviário e a expansão industrial do País e da Região deverão ter afetado, profundamente, o artesanato e a indústria rural desenvolvida nas fazendas.

Não se deve perder de vista que o processo de desruralização e de alteração de relações de trabalho no meio rural não se limita aos processos aqui mencionados. A estimativa feita por Hélio Moura de que cerca de 6,2 milhões de pessoas teriam deixado o meio rural nordestino, entre 1950/70, dos quais, 3,5 milhões teriam ingressado nos quadros urbanos e 2,7 milhões se transferido para outras regiões, diz bem da dimensão do êxodo rural e das pressões sobre os mercados de trabalho regionais⁽¹⁴⁾. Também, vale lembrar as significativas transformações que deverão estar ocorrendo a partir da modernização e ampliação do sistema de transporte rodoviário, pois, de 100 mil km de estradas, dos quais 1.000 pavimentadas em 1959, passa-se, dez anos depois, para 223 mil km, dos quais, 7.000 pavimentados; ademais, entre 1950 e 1970, a expansão do número de veículos de cargas ocorreu a uma taxa anual de mais de 7% ao ano. As implicações relacionadas com concorrência entre áreas produtoras, regionais ou não, o aumento do valor e da renda da terra das propriedades beneficiadas, a vinculação com mercados urbanos, certamente, pressupõem modificações significativas de algumas áreas agrícolas nordestinas, com reflexos sobre a desruralização da população. Algumas transformações ocorridas no

(13) V. Paul Singer – "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana" – Editora Nacional – São Paulo, 1969.

(14) V. Hélio Augusto de Moura – "Variações Migratórias no Nordeste 1940/70" in Revista Econômica, Ano IV, no. 14 – BNB – Fortaleza, 1972.

interior do subsetor lavouras, por conta de todos esses pontos já assinalados, também refletiram sobre a capacidade de absorção da mão-de-obra rural: a citricultura substituindo a cultura do fumo na Bahia, a racionalização do fumo e seu tratamento industrial também na Bahia, a expansão da agricultura comercial e mecanizada do abacaxi na Paraíba (15).

Resta, agora, serem feitas algumas considerações sobre a industrialização nordestina. A este respeito, deve-se ressaltar, de início, que o processo de industrialização recente representa um dos mais significativos processos de articulação do Nordeste com a região hegemônica e industrializada do Sudeste. Em seguida, que este processo de articulação via industrialização traz no seu bojo, além da transferência de capitais para instalação de novas e modernas unidades de produção, uma série de exigências quanto à modernização, reequipamento, ou mesmo fechamento de unidades produtivas, que não se adaptam à nova situação implícita nesta "integração nacional".

No que se refere à questão de absorção da mão-de-obra através das atividades industriais formais, o exame deverá considerar tanto a absorção direta, como a indireta, através de outros setores e provocada pela expansão industrial. Com relação à absorção direta, deve-se registrar ao lado das reduzidas taxas encontradas para subperíodos do período 1950/70 — (-) 0,4% entre 1949/59, e, 2% entre 1959/70 — , taxas maiores de 4,7% entre 1967/68, 4,3% entre 1968/69 e 2,9% em 1973/74. Mesmo quando se consideram estas taxas maiores, observa-se que elas são consideravelmente inferiores às previsões feitas (expansão de 8% a.a. segundo o ETENE); ademais, que o emprego criado pelas atividades industriais formais no total de empregos criados nos centros urbanos, no período de vigência do programa de industrialização, representa, apenas, 3% do total de empregos gerados na economia urbana regional: entre 1963 e 1974, foram criados 2,4 milhões de empregos nos diversos setores da economia urbana; a indústria extrativa mineral e de transformação formal criou entre 60 mil e 50 mil empregos apenas neste período.

Os estudos que investigaram as razões da contribuição irrelevante da indústria na criação de empregos diretos apontam, entre outros, para os seguintes aspectos (16):

- a) as características de que necessariamente teria de se revestir a industrialização tardia de áreas atrasadas, no que se refere à reduzida absorção de mão-de-obra, numa época de profundas mudanças tecnológicas nos países fornecedores de tecnologia;

(15) V. F. IBGE — Geografia do Brasil — Região Nordeste — vol. II — Rio, 1977.

(16) V. Goodman e Albuquerque — "Industrialização...", op. cit. e Jorge Jatobá — "Políticas de Preços de Fatores, Mudanças Tecnológicas e Absorção da Mão-de-Obra: O Caso da Indústria Manufatureira do Nordeste" — Recife — PIMES — 1977.

- b) o fato de que a industrialização nordestina ocorre num contexto de substituição de importação e, além do mais, de modo complementar, a um pólo de irradiação situado fora da fronteira regional — mas no interior da fronteira nacional — do que resulta a sua presença inibidora à acumulação regional de capital, além de pressões e exigências para que técnicas modernas e sofisticadas sejam adotadas na indústria regional;
- c) o caráter de elemento de reforço constituído pelo mecanismo de incentivo à industrialização, que reduz significativamente o preço relativo do capital e induz a uma menor utilização da mão-de-obra.

No que se refere à contribuição que as atividades industriais teriam trazido indiretamente para a absorção da mão-de-obra, as indicações a respeito não apontam no sentido de ter este setor desempenhado papel relevante:

- a) as repercussões dos investimentos que têm por objetivo a implantação do novo parque industrial nordestino, sobre o aumento da renda e do emprego são pouco significativas, não só em decorrência do fato de que 2/3 das compras são feitas fora do Nordeste, mas pelo fato de que os fatores produtivos que, através desse processo, recebem remuneração, dado o coeficiente geral de importação, dirigem sua demanda em grande parte para fora da Região; existem cálculos que estimam em 1 (um) o valor do efeito multiplicador da renda desses investimentos industriais;
- b) esse percentual da parte importada nos investimentos nordestinos aumenta à medida que são considerados os projetos de modernização;
- c) mas não é só do lado dos investimentos que são significativos os percentuais de importação; no que se refere aos insumos necessários para o funcionamento da indústria, 60% dos insumos manufaturados são comprados fora da Região; 55% dos insumos dos setores dinâmicos e “ricos de interligações” e até 90% para ramos como a metalúrgica, 70% para a mecânica, 83% para transporte e 69% para a química.

Enfim, as características da tecnologia disponível, a presença a nível nacional de um pólo industrial que atende a mercados de todo o País e no qual existem características oligopólicas, os efeitos dos mecanismos de promoção industrial adotados sobre os preços dos fatores, os vínculos técnicos e de propriedade do capital regional em relação ao Sudeste, a existência de um comércio inter-regional livre, tomam difícil a sustentação imediata de um processo de “formalização” do emprego urbano, via industrialização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das idéias expostas evidenciou-se:

- a) que a questão do emprego não pode ser atribuída única e simplesmente ao insuficiente crescimento da economia; não se pode negar que, para setores específicos, como o têxtil, e em períodos anteriores de "letargia" ou "prostração" do "complexo econômico nordestino", a explicação baseada no insuficiente crescimento tenha, por si só, plena validade;
- b) evidenciou-se também que, presentemente, tais explicações não são válidas, por si só, no contexto de um sistema econômico como o brasileiro, que constitui e dinamiza um pólo hegemônico que se espraia por todas as regiões, interferindo no seu processo de acumulação, inclusive dinamizando-as.

É óbvio que, lado a lado com esta compreensão da problemática do emprego, deveria ocorrer um também coerente tratamento desta problemática que não se limite à consideração pura e simples da aceleração do ritmo de crescimento dos investimentos e do produto, pois esta pode ser uma estratégia totalmente equivocada neste contexto. A experiência nordestina neste particular chama a atenção para:

- a) as transformações que vêm ocorrendo na agricultura regional, resultantes de novas relações de trabalho e produção e com efeitos adversos sobre a ocupação;
- b) o reduzido efeito sobre o emprego que uma expansão dos investimentos e gastos autônomos do governo podem ter, em razão do modo como a Região vem-se articulando com o resto da economia nacional;
- c) a coexistência de um acentuado ritmo de expansão do investimento e do produto industrial com um reduzido ritmo de expansão do emprego direto na indústria.

Da aceitação desta visão da problemática do emprego resultam implicações de política regional, entre as quais algumas merecem ser lembradas. Elas dizem respeito ora aos objetivos gerais da política — situando-se portanto ao nível normativo — ora ao nível de implementação das ações — situando-se portanto ao nível estratégico.

No nível normativo, deixando por um momento de lado a questão das áreas

de viabilidade ou o campo de restrição, é aceitável afirmar-se que da análise feita podem ser retiradas várias proposições, entre as quais:

- a) a de **redefinição**, na orientação das ações do planejamento regional, das funções que a economia regional vem desempenhando no contexto nacional, visando, principalmente, à "internalização" no Nordeste dos efeitos multiplicadores originados do incremento quer dos investimentos, quer dos gastos públicos autônomos, quer das exportações;
- b) a de **inserção das pequenas e médias unidades de produção do setor formal e informal no sistema de fomento ou de privilégios governamentais**, que tem possibilitado aos grandes estabelecimentos sua rentabilidade, acumulação e aquisição de processos mais racionais de produzir;
- c) o de **efetiva condução ou comando, pelo setor público, das transformações** que vêm ocorrendo na agricultura visando à minimização dos seus efeitos adversos em relação ao mercado de trabalho.

As proposições de nível estratégico, utilizando-se das idéias de Rubem Utria, da CEPAL, e contidas em grande parte do Plano atual do Rio Grande do Norte, preconizam a combinação, em um processo coerente, de várias estratégias "complementares", "mutuamente compensatórias" e de "trajetórias convergentes", capazes de cobrir e considerar a heterogeneidade da realidade subdesenvolvida para a qual estão voltados ⁽¹⁷⁾. Pelo menos duas poderiam ser as estratégias consideradas:

- a) uma estratégia convencional de expansão econômica;
- b) uma estratégia não-convencional e compensatória de criação adicional de oportunidades de trabalho efetivamente produtivo.

A estratégia convencional, que teria como objetivo possibilitar à economia regional uma expansão ou um processo de acumulação que venha a se constituir condição necessária para o encaminhamento de soluções do emprego regional, visa sobretudo:

- a) à interiorização na economia regional dos efeitos de expansão vinculados à demanda regional;

(17) V. Rubem Utria – "Uma Alternativa de Estratégia para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte" – Secretaria de Planejamento do Estado – maio 1975 (mimeo) – Governo do Rio Grande do Norte – Plano de Ação do Governo do Rio Grande do Norte 1976/1979" – Natal, s/data, 2 vol. (mimeo).

- b) à orientação da produção nordestina para as faixas mais dinâmicas da demanda da economia nacional;
- c) ao aumento do grau de complementaridade setorial e industrial do sistema econômico regional.

Já a estratégia do tipo compensatório teria entre suas preocupações básicas:

- a) a inserção do setor informal e dos pequenos estabelecimentos no sistema de fomento e privilégios governamentais;
- b) a expansão dos investimentos e gastos públicos de modo a ampliar consideravelmente a demanda de mão-de-obra;
- c) a condução do processo de modernização e capitalização da agricultura no sentido de minimizar seus efeitos adversos sobre o mercado de trabalho, o que significa uma atuação não só sobre as transformações recentes e sobre os seus efeitos sobre o mercado de trabalho, mas ações vinculadas aos fatores expulsivos estruturais da agricultura da Região, como é a da própria estrutura fundiária e o sistema minifúndio/latifúndio.

Isto posto, caberia indagar da possibilidade de o planejamento regional e nacional, ou o conjunto das entidades governamentais, porem em prática estas proposições. Algumas indagações poderiam fornecer pistas para resposta a esta questão:

- a) Até que ponto se poderia pensar numa redefinição das funções do Nordeste, visando a uma desconcentração das atividades dinâmicas e capazes de aumentar consideravelmente a demanda de mão-de-obra, num contexto sobre o qual estudos têm assinalado ora a persistência, ora o agravamento das disparidades regionais?
- b) Qual a possibilidade que a unidade informal de produção ou o pequeno e médio estabelecimento teria de participar, de modo efetivo, no sistema de fomento e incentivos governamentais, lado a lado, com o grande estabelecimento, quando se leva em conta sobretudo:
 - i) a prevalência de critérios rígidos de eficiência e segurança na aplicação dos fundos de investimento;
 - ii) os tímidos resultados dos programas destinados aos pequenos e médios estabelecimentos;
 - iii) a “funcionalidade” das unidades informais e de baixa produtividade para a dinâmica e acumulação da grande empresa?

- c) Quais as reais possibilidades de o setor público comandar os processos de transformação do meio rural visando minimizar os efeitos adversos sobre o emprego, quando se sabe que ele é em grande parte responsável pelo tipo de transformação que vem ocorrendo e quando se constata o fracasso de todos os programas de reforma ou alteração da estrutura fundiária?

Tudo indica que, se não se quer repetir a visão do problema nordestino do ângulo exclusivo da Região, como talvez tenha sido o das primeiras linhas estratégicas de desenvolvimento regional, todo conjunto de restrições e condicionantes que definem a área de viabilidade de políticas necessárias terão que ser cada vez mais consideradas. Isto evidentemente, não implica aceitar que processos sociais e mutáveis sejam vistos como leis naturais e irreversíveis. Tem razão o economista Sérgio Silva quando assinada que "as forças sociais, diferentemente das equipes esportivas, não jogam de acordo com regras pré-estabelecidas. As regras do jogo social são um resultado do próprio jogo social" (18). As respostas às indagações feitas e os limites das restrições às proposições apresentadas somente poderão ser conhecidos no nível de projetos concretos, da prática e da negociação política quando se definirão as "regras do jogo" e a prevalência das forças sociais.

(18) Sérgio Silva – "Agricultura e Capitalismo no Brasil" – Contexto – Ano I, no. 1 – São Paulo – 1976.

TABELA I
NORDESTE: Evolução da População Ocupada Segundo os Setores
e Subsetores Urbanos Formais e Informais - 1950/70.
(Em 1.000 pessoas)

Setores e Subsetores	1950			1970			Incremento Anual no Período 1950/70 (*)		
	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal
1. ATIVIDADES INDUSTRIAIS	464,1	263,3	200,8	918,3	407,2	511,1	3,47	2,25	4,73
1.1. Secundário I	319,4	228,3	91,1	498,2	276,3	221,9	2,25	1,01	4,43
1.1.1. Extração Mineral	24,5	10,3	14,3	47,8	13,3	34,5	3,33	1,30	4,47
1.1.2. Indústria de Transform.	294,9	215,0	76,8	450,4	263,0	187,4	2,14	0,94	4,42
1.2. Secundário II	144,7	35,0	109,7	420,1	130,9	289,2	5,48	6,83	4,97
1.2.1. Indústria de Construção	122,7	13,0	109,7	362,3	73,1	289,2	5,56	3,01	4,97
1.2.2. Energia e Gás	5,1	5,1	-	19,2	19,2	-	6,89	6,89	-
1.2.3. Melhoramento Urbano e Abastecimento	16,9	16,9	-	38,6	38,6	-	4,23	4,23	-
2. ATIVIDADES TERCIÁRIAS	1.002,4	552,1	450,3	2.141,6	1.298,2	843,4	3,87	4,37	3,19
2.1. Serviços de Produção	394,7	294,0	100,7	792,1	640,9	151,2	3,54	3,97	2,05
2.1.1. Comércio de Mercadorias	248,2	168,8	79,4	519,4	382,4	137,0	3,76	4,17	2,77
2.1.2. Com. Imóveis, Valores Mob., Crédito, Seguro e Capitalização	11,9	11,9	-	43,0	43,0	-	6,62	6,62	-
2.1.3. Transp., Armaz. Comunicação	134,6	113,3	21,3	229,7	215,5	14,2	2,71	3,27	2,01
2.2. Serviços de Consumo Coletivo	160,9	160,9	-	490,0	490,0	-	5,72	5,72	-
2.2.1. Serv. Adm. Governamentais, Legislativo e Justiça	54,8	54,8	-	136,6	136,6	-	4,67	4,67	-
2.2.2. Defesa e Segurança	41,2	41,2	-	88,0	88,0	-	3,87	3,87	-
2.2.3. Atividades Sociais	64,9	64,9	-	265,4	265,4	-	7,29	7,29	-
2.3. Serviços de Consumo Individual	422,7	79,9	342,8	732,5	129,2	603,3	2,79	2,43	2,87
2.3.1. Alojamento e Alimentação	22,0	22,0	-	58,5	58,5	-	5,01	5,01	-
2.3.2. Higiene Pessoal	14,8	10,7	4,1	27,0	16,6	10,4	3,04	2,24	2,68
2.3.3. Serviços Domésticos Remunerados	161,0	-	161,0	319,3	-	319,3	3,48	-	3,48
2.3.4. Serviços de Diversão	6,3	4,3	2,0	16,0	8,4	7,6	4,77	3,40	6,90
2.3.5. Serviço Confeção, Conserv. Reparos	210,2	42,9	167,3	291,7	45,7	246,0	1,65	0,32	1,95
2.3.6. Outros Serviços Pessoais	8,4	-	8,4	20,0	-	20,0	4,43	-	4,43
Profissionais Liberais	10,5	10,5	-	22,8	22,8	-	3,96	3,96	-
Outros Serviços	13,6	6,8	6,8	104,2	15,3	88,9	10,72	4,12	13,73
ATIVIDADES PREDOMINANTEMENTE URBANAS	1.466,5	815,4	651,1	3.059,9	1.705,4	1.354,5	3,75	3,77	3,71
TOTAL ATIVIDADES URBANAS	100,0 %	55,6 %	44,4 %	100,0 %	55,7 %	44,3 %			

FONTE: (1) F.IBGE - Censos Econômicos e Demográficos de 1950 e 1970.

(2) Ministério do Trabalho - Mercado de Trabalho - Composição e Distribuição da Mão-de-obra - 1970

TABELA II

Crescimento da Economia Brasileira e Nordestina

(Taxas Anuais)

Variável	Período	Taxas Anuais Cresc.(%)	
		Nordeste	Brasil
Produto Interno Líquido (1)	1947/69	5,4	5,4
Produto Industrial (1)	1947/69	5,4	8,5
Produto de Serviços (1)	1947/69	6,3	5,6
Produto Agrícola (1)	1947/69	4,3	3,6
Produto Industrial (1)	1960/65	5,2	3,7
Produto Industrial (1)	1965/70	10,5	10,3
Produto Industrial (1)	1970/74	11,5	12,4
Produto Industrial (1)	1960/74	8,9	8,4
Produto dos Serviços (1)	1960/74	8,0	7,2
Produto dos Serviços (1)	1960/65	5,3	4,7
Produto dos Serviços (1)	1965/70	8,9	6,8
Produto dos Serviços (1)	1970/74	10,3	10,9
Produto Interno Total (1)	1960/74	7,1	7,2
Produto Agrícola (1)	1960/74	3,8	5,1
Transformação Industrial (2)	1949/59	5,0	8,1
Transformação Industrial (2)	1959/70	5,6	7,4
Transformação Industrial (2)	1967/69	11,6	11,7
Transformação Industrial (2)	1969/72	12,2	11,1
Produto da Indústria e Ser- viços (3 e 4)	1950/70	6,5	7,0
Investimento Bruto (1)	1965/70	12,0	—
Capital Bruto Fixo Indl. (5)	1965/72	16,1	—

FONTES: (1) Roberto C. Albuquerque e C. V. Cavalcanti — “Desenvolvimento Regional no Brasil” — IPEA — Brasília — 1976 (2) BNB/SUDENE/SEPLAN — “Oportunidades de Investimentos no Nordeste — Indústria Textil” — Fortaleza — 1976. (3) Leonardo Guimarães Neto — “Emprego Urbano no Nordeste: Situação Atual e Evolução Recente — 1950/70” — BNB/ETENE (mimeo) — 1976. (4) H. Tolosa — “A Macroeconomia da Urbanização Brasileira” in Pesquisa e Planejamento Econômico — vol. 3 out/1973. (5) SUDENE — Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — Recife — SUDENE — 1974.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Consumption and Income Distribution: A Note. Osvaldo de Moraes Sarmiento e Yony Sampaio. Fevereiro, 1974.

Some Notes on the Costs of Specialization. Olímpio J. de Arroxelas Galvão. Agosto, 1974.

Teorias Econômicas e Imperfeição de Mercado: Uma Generalização do Caso de Oligopsônio. Yony Sampaio. Março, 1974.

Maximização com Várias Funções-Objetivo e Mudanças Tecnológicas na Agricultura de Consorciação-em-Parceria no Nordeste do Brasil. Yony Sampaio. Junho, 1974.

Uma Experiência de Colonização em Floresta Úmida: O Projeto do Alto Turi, no Estado do Maranhão. Renato Santos Duarte. Setembro, 1974.

A concentração da Terra em 8 Municípios Pernambucanos. Yony Sampaio. Agosto, 1974.

O Modelo Esquecido de Distribuição de Renda do Professor K. Boulding. Carlos Osório. Setembro, 1974.

Mr. Sraffa's Production of Commodities: An Interpretation. Octávio Façanha e Sebastião Jorge Jatobá.

Sraffa e a Distribuição de Renda: Uma Introdução para Principiantes. Yony Sampaio. Setembro, 1974.

O Mercado de Mão-de-Obra Qualificada, a Nível de 2o. Grau, em Pernambuco. Carlos Osório, Maria José Formiga Neves e Zélia Carneiro. Setembro, 1964.

Modelos de Parceria em Agricultura de Consorciação no Nordeste do Brasil. Yony Sampaio. Setembro, 1974.

Considerações em Torno do Estado Atual da Pesquisa nas Universidades Latino-Americanas. Renato Santos Duarte. Setembro, 1974.

Reflexões sobre Como o que se vê nem Sempre é Verdade e o que se Pensa Quase Sempre corresponde ao que se Olha e o que se vê depende de quem Olha. Edinaldo Bastos e Yony Sampaio.

Uma Interpretação da "Crise" do Setor Algodoeiro. Carlos Osório e Yony Sampaio.

Transferência de Tecnologia e a Firma Multinacional. Jorge Jatobá. Maio, 1975.

A Distribuição da Renda na Região Metropolitana do Recife. Jorge Jatobá e Ricardo Carneiro. Maio, 1975.

Integração Ensino-Pesquisa em Economia. Jorge Jatobá. Junho, 1975.

Estabilidade em Modelos Econométricos Dinâmicos Não-Lineares. Yony Sampaio. Junho, 1975.

A Participação do Setor Terciário nas Estruturas de Emprego e de Distribuição de Renda: Pernambuco e Região Metropolitana do Recife. Carlos Osório. Julho, 1975.

Abstract: Investigators who have studied the Brazilian economic formation emphasize the fact that, in the last hundred and fifty years, the economy has changed from a situation of labour shortage to that of a relative excess. Some economists, dealing with the more recent evolution, say that if until recently the conditions of the labour market would deteriorate within an economy in crisis, from now on, it is its very growth which brings labor market problems. Therefore, it is within such a framework that we intend to analyze the urban unemployment and underemployment problems which can not be only simply bound to the inquiry of its explaining factors or reduced to a weak economic growth. The underutilization and underpayment of labor can be associated to a context of growth of the economy and result from the type of capital accumulation, even if it happens with high rates of growth, for it may not reflect positively the requirements of the labour supply. The problematics of the urban employment in the Northeast can be expressed by high rates of underutilization and underpayment of the labor factor, by the existence of activities with precarious social relations of production, or by the persistence of a significant urban employment based on activities of low productivity, low capitalization or reduced institutionalization.

CORREIO DA UNESCO (Mensal)

Uma revista de 34 páginas, confecção primorosa e fotos inéditas, onde V. poderá encontrar, a cada edição, um novo assunto de interesse geral. Publicada mensalmente em 15 idiomas, com pesquisas e artigos assinados pelos mais renomados cientistas, professores, especialistas dos mais variados campos do conhecimento humano, em linguagem simples e atraente, que fazem do CORREIO DA UNESCO uma permanente janela aberta sobre o mundo.

Assinatura

UM ANO 100,00
Nº AVULSO 10,00

**PREÇOS ESPECIAIS
PARA O EXTERIOR**

Publicação de leitura hoje obrigatória, graças às excelentes análises dos fatos que marcam o nosso desenvolvimento econômico e ao contínuo e minucioso exame dos acontecimentos internacionais que refletem diretamente sobre a economia nacional. Índices de preços em diversos setores atendem ao múltiplo interesse de seus leitores. O perfil das contas nacionais, em seus vários desdobramentos. Balanço das empresas (sociedades anônimas). O resultado de pesquisas realizadas nos principais setores da atividade econômica, colocando, enfim, o leitor a par da situação econômica do país e do mundo.

Assinatura

UM ANO 250,00
Nº AVULSO 25,00

**PREÇOS ESPECIAIS
PARA O EXTERIOR**

CONJUNTURA ECONÔMICA (Mensal)

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Trimestral)

"A problemática administrativa de qualquer empresa moderna — diz Benedicto Silva — requer um fundo de recursos intelectuais bem mais diversificado e muito mais inclusivo, mas requer, sobretudo, uma plena atualização com o desenvolvimento científico e tecnológico do século XX. O conceito de eficiência, por exemplo, foi completamente alterado pelo emprego do computador nas atividades administrativas. Sem o auxílio da informática — contando-se apenas com os recursos dos sistemas taylorista e fayolista — está sendo quase impossível administrar." A RAP vai introduzir Você nos modernos repertórios de idéias e práticas na área da Administração Pública.

Assinatura

UM ANO 120,00
Nº AVULSO 40,00

**PREÇOS ESPECIAIS
PARA O EXTERIOR**

Uma tribuna do educador. Estudos doutrinários dos grandes temas da educação em seus diversos níveis. Análise e Prospeção da Conjuntura Educacional. Órgão do Instituto de Estudos Avançados em Educação, visando sistematizar a divulgação dos resultados de seus estudos e pesquisas. Difunde a legislação específica em vigor e elabora sínteses comentadas de resoluções e pareceres normativos do Conselho Federal de Educação.

Assinatura

UM ANO 100,00
Nº AVULSO 30,00

**PREÇOS ESPECIAIS
PARA O EXTERIOR**

FORUM EDUCACIONAL (Trimestral)